

A Constituição Sócio-Histórica do PDE-Paraná

Sociohistorical Constitution of PDE-Paraná

Marilúcia dos Santos Domingos Striquer^{ab*}

^aUniversidade Estadual do Norte do Paraná, PR, Brasil

^{*}E-mail: marilucia@uenp.edu.br

Resumo

O PDE-Paraná é o programa de formação de professores da Educação Básica da rede pública de ensino do Estado do Paraná que, em consequência de seu formato administrativo e pedagógico, é caracterizado como totalmente inédito em relação aos programas oferecidos pelo estado e pelo país. Por este motivo, ancorados nos preceitos vygotskianos, nos interessamos em estudar este Programa, em vistas de compreender os movimentos e as mudanças historicamente constituídas nos programas de formação continuada de professores, no país e no estado, que contribuíram para a elaboração do PDE-Paraná e o instituíram como um programa de intervenção formativa docente. A constatação é a de que o Programa não é uma nova e inédita proposta de programa de formação continuada de professores, mas uma proposta que reúne as proposições realizadas por leis, documentos, planos e programas anteriormente elaborados.

Palavras-chave: Formação de Professores. Instrumento Semiótico. Intervenção Formativa.

Abstract

PDE-Paraná is a teachers formation program of Basic Education in public schools in Paraná State characterized as a very new as compared to programs offered around the state and country, because of its administrative and pedagogical format. Because of this, based on Vygotsky's precepts, we got interested in studying this Program, in order to understand its movements and historical changes on the teacher's continued formation program in the country and in the state, which contributed to the PDE-Paraná as a new intervention program to form teachers. The ascertainment is that the Program is not a new and unpublished proposal of the continued formation program, but it is a proposal that gather the propositions carried out by the law, documents, plans and programs previously elaborated.

Keywords: Teacher's Formation. Semiotic Instrument. Formative Intervention.

1 Introdução

O Programa de Desenvolvimento da Educação, formação continuada em rede do Paraná, doravante denominado de PDE-Paraná é o programa de formação de professores da Educação Básica da rede pública de ensino do estado do Paraná. Criado e administrado pela Secretaria Estadual de Educação – SEED, teve início no ano de 2007. Por seu formato administrativo e pedagógico, o programa passou a ser caracterizado como totalmente diferente dos oferecidos até aquele momento pela secretaria de educação do estado do Paraná e pelo Ministério da Educação - MEC. A palavra em evidência pela SEED e nos discursos proferidos pelos envolvidos no âmbito educacional é inovação. Nesse sentido, ancorados na proposição de Vygotsky (2007, p.68) de que “estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético” nos interessamos em estudar o PDE-Paraná em vistas de compreender como se constitui historicamente sua proposta de intervenção formativa docente.

Portanto, o objetivo desse estudo foi compreender os movimentos, as mudanças historicamente constituídas nos programas de formação continuada de professores, no país e

no estado, que se entrelaçam às políticas públicas educacionais que contribuíram para a elaboração do PDE-Paraná e o instituíram como um programa de intervenção formativa docente. Primeiramente, realizamos uma abordagem a terminologias e definições sobre formação continuada; depois apresentamos um panorama dos programas que envolveram essa modalidade em nível federal e estadual; o PDE-Paraná; e, por fim, algumas constatações a respeito dos movimentos que constituíram este Programa.

2 Desenvolvimento

2.1 Terminologias e definições

Recorremos primeiro ao aspecto conceitual de formação continuada, visto que o uso de diferentes terminologias está agregado, muitas vezes, à desvalorização e descaracterização da profissão docente. Por exemplo, por vezes definida como “reciclagem”, a formação continuada foi interpretada no sentido de promover que os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e as formas de comportamento do professor passassem a um novo ciclo, se transformassem, promovessem desenvolvimento. Mas, outras vezes, foi entendida no sentido de transformar o já ‘usado’ em algo novo, que pudesse melhor

servir ao momento, ao contexto imediato, como se o ser humano professor pudesse ser visto como produto, ou seja, um produto do sistema escolar, que pode ser reaproveitado diante de um novo cenário, de uma nova proposta.

Diante disso, estabelecemos a terminologia a ser empregada neste artigo em “formação continuada”, esclarecendo nossa concepção sobre ela, a qual comunga com a dada por Celani (1988, p.158-159)

Uma forma permanente de educação, que não tendo data fixa para terminar, permeie todo o trabalho do indivíduo, eliminando, conseqüentemente, a ideia de um produto acabado (por exemplo, dominar uma nova técnica) em um momento ou período determinados.

Para Formosinho (1991, p.237)

O conceito de formação contínua distingue-se essencialmente do de formação inicial não pelos conteúdos ou metodologias de formação, mas pelos destinatários, pois é oferecido a pessoas em condições de adultos, com experiência de ensino, o que influencia os conteúdos e as metodologias desta formação por oposição às da formação inicial oferecida geralmente a jovens sem experiência de ensino.

Portanto, a formação continuada é concebida como uma nova etapa, que se diferencia da inicial principalmente, e de modo geral, por atender aqueles que já passaram pela iniciação na carreira, que já possuem conhecimentos profissionais e experiência na prática da profissão. Conceito que se atrela a definição dicionarizada do termo latino *continuum*, para o qual o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa expõe que se trata de “série longa de elementos numa determinada sequência, em que cada um difere minimamente do elemento subsequente, daí resultando diferença acentuada entre os elementos iniciais e finais”. Definição que podemos relacionar aos preceitos vygotskianos como um processo que oferece conhecimentos ao professor participante, que são externos ao professor, mas por uma longa série de eventos, logo são internalizados e exteriorizados em suas concepções e ações didáticas no exercício de sua profissão, resultado, portanto, no desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos docentes.

Nesse aspecto, concebemos a formação continuada como um processo escolar, educativo no sentido de escola ou da função de escola que Libâneo (2010, p.14), pautado na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, institui: “o papel da escola é o de prover aos alunos a apropriação da cultura e da ciência acumulados historicamente, como condição para o seu desenvolvimento mental e de torná-los aptos à reorganização crítica dessa cultura”. Assim, independente de não serem realizados dentro da escola como lugar físico, os cursos e os programas de formação docente objetivam a internalização pelos professores dos conhecimentos científicos, dos conteúdos escolares, das práticas pedagógicas e, relevando que eles já possuem experiências socioculturais adquiridas em situação de trabalho, não só pretende internalização do novo, mas a transformação, a reorganização e o aprimoramento da cultura, do conhecimento e das práticas que já possuem.

Para Vygotsky, o homem tem a capacidade de criar estruturas de ordem superior que, na verdade, substituem e dão novo valor à estruturas conceituais que já foram superadas a caminho do domínio de ordem superior, que é o que os cursos de formação continuada devem considerar. Neste aspecto, tais programas não seriam treinamentos em métodos e técnicas, mas uma atividade mediada intencional, um processo de mediação que atua na formação de ações mentais e aprimora a capacidade reflexiva do docente.

Definidos terminologias e conceitos, partimos para explanação do panorama histórico.

2.2 A formação continuada de professores em âmbito nacional

De acordo com Costa-Hürbes (2008), a formação continuada teve início no Brasil na década de 1970, com a denominação de cursos de reciclagem. O objetivo desses cursos era sanar as deficiências do profissional, o que igualmente ocorreu, naquele momento, para todas as profissões, diante do novo cenário mundial de avanço da ciência, da tecnologia e da emergência da globalização. Era preciso melhor preparar os profissionais para que eles pudessem acompanhar e auxiliar no desenvolvimento social-econômico mundial.

Mais especificamente sobre o professor, os cursos de reciclagem se preocupavam, sobretudo, em sanar os problemas adquiridos durante o período de formação inicial, uma vez que as Faculdades de Filosofia, que naquele momento eram as responsáveis pela formação de professores “desconheciam as novas condições de letramento de seus alunos futuros professores, e também desconheciam a nova realidade da escola e do alunado à espera desses futuros professores” (SOARES, 2001, p.3). A nova realidade era a da demanda de alunos filhos de trabalhadores e não mais só da elite, que chegavam às escolas em consequência da democratização da escola ocorrida na década de 1960 que regulamentou a escola como sendo para todos.

Para receber além de um alunado novo, mas, principalmente, um número novo de alunos, o Governo Federal determinou que as Faculdades promovessem a atualização de professores por meio de “capacitação supletiva”, ou seja, de cursos de curta duração e esporádicos e, por vezes, até mesmo desvinculados das necessidades específicas dos professores (COSTA-HÜRBERES, 2008). Segundo Diniz (2000), a primeira metade da década de 1970 foi marcada, no que se refere à formação de professores, por uma preocupação com métodos de treinamento.

Somente a partir de 1980, em meio ao período de transição entre o regime militar e o democrático, o professor e sua formação, inicial e continuada, ganham lugar de destaque nas reflexões sobre a necessidade de melhoria da qualidade de ensino e de reação ao pensamento tecnicista das décadas de 1960 e 1970. Logo, em 1988, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) reconheceu e instaurou a necessidade da valorização dos profissionais do magistério, e no ano de 1993,

o MEC passou a elaborar o “Plano Decenal de Educação para todos” (BRASIL, 1993). Esse plano foi uma resposta ao compromisso traçado com as resoluções da UNESCO, do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e do Banco Mundial construídas na “Conferência Mundial de Educação Para Todos”, realizada na Tailândia em 1990 (BRASIL, 1993), onde diversos países, entre eles o Brasil, assumiram o compromisso de elaborar seus próprios planos decenais para a melhoria da educação.

O Plano brasileiro tinha como objetivo maior a “recuperação da educação básica do País” e “valorização e reconhecimento público do magistério” (BRASIL, 1993). Para alcance deste item, destacamos, de acordo com nosso objetivo de pesquisa, a menção ao desenvolvimento de programas de formação de professores, na busca de reestruturação da formação inicial dos profissionais e revisão, sistematização e expansão da formação continuada dos profissionais; e a proposta de estimular a participação das instituições de ensino superior na capacitação e atualização de professores por meio de processos e estratégias variados.

De acordo com Costa-Hübes (2008, p.38), o Plano Decenal promoveu significativas reflexões e propostas para a educação, no entanto, em termos políticos, aconteceu “um retrocesso aos avanços conquistados na década de 1980 pelos educadores”, uma vez que a concepção tecnicista de educação voltou sob nova roupagem. Consequência, sobretudo, do novo ideário neoliberal que se instaurou no país na década de 1990, o qual visava à diminuição das responsabilidades do estado, com o aumento da participação da sociedade civil na gestão pública. Ou seja,

O provimento de serviços públicos passa a seguir a lógica empresarial, de forma que essa ‘nova administração pública’ passa a ser conhecida como ‘administração pública gerencial, na busca pelo aumento da ‘eficiência do Estado’; um modelo de gestão que se caracteriza pela ‘descentralização do aparelho de Estado, pela privatização de estatais, pela terceirização dos serviços públicos e pelo monitoramento estatal dessas atividades por meio de instrumentos de regulação e controle’ (PAULA, 2005 *apud* FERREIRA, 2006, p.33).

Logo, o governo federal passou a seguir as exigências da UNESCO, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e do Banco Mundial a respeito do desenvolvimento de políticas educacionais que objetivavam desenvolver a escola como lugar de formação de trabalhadores

preparados para uma nova “ordem mundial”, transferindo para o setor “público não-estatal” os serviços sociais que caberiam ao Estado prestar, devido às organizações sociais, ou o chamado terceiro setor, serem “mais adequadas, mais eficientes e mais competitivas que o Estado” (FERREIRA, 2006, p.35).

Para buscar resultados a serem apresentados aos órgãos financiadores, foram elaborados, por exemplo, o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, o Programa Acorda, Brasil: está na hora da escola!¹, o Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE², o programa de municipalização das primeiras séries do ensino fundamental, bem como, conforme assertiva de Ferreira (2006), o surgimento de programas federais vinculados à participação da iniciativa privada, como os Amigos da Escola³.

Porém, mesmo o Plano Decenal colocando a formação de professores como uma das importantes ações a serem desenvolvidas, em avaliação divulgada pelo MEC e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em 2000, sob o título “Educação para Todos: Avaliação da Década”, nada foi mencionado a respeito de avanços sobre a formação de professores, ficando esse tema restrito ao capítulo “Desafios para a Próxima Década: A Perspectiva do Governo”, em que declara a secretaria de educação que existiam, naquele momento, no ano de 2000, dois pontos que ainda em estágio anterior à implementação. Um deles é o ensino à distância, no qual estamos trabalhando fortemente no momento. O outro é sobre a preparação das novas diretrizes curriculares e sua relação com a formação de professores (BRASÍLIA, 2000). Também declara uma representante do INEP, no mesmo capítulo, que “em termos quantitativos, o problema é monumental [...]. A grande tarefa para a próxima década é integrar esses três aspectos: formação inicial, formação continuada e carreira” (BRASÍLIA, 2000, p.131).

Chegado o final da década de 90, em 1996, uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de n.9394, foi elaborada e publicada. Em seu Artigo 3º, define a Lei, como um de seus princípios, a “valorização do profissional da educação escolar” e estabelece que a valorização é de responsabilidade do sistema de ensino, o qual deve assegurar ao professor, entre outros pontos: “II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para

1 O Programa Acorda, Brasil. Está na Hora da Escola, lançado em março de 1995 pelo MEC com objetivo de incentivar parcerias da sociedade civil com o poder público para o desenvolvimento de programas educacionais, intercâmbios, premiações, repasse de tecnologia e equipamentos, treinamento, valorização do professor, palestras, seminários e outros eventos (<http://www.educabrasil.com.br>).

2 O PDDE consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos e com o censo escolar do ano anterior ao do repasse (<http://portal.mec.gov.br>).

3 Amigos da Escola projeto criado pela Rede Globo com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da educação e da escola pública de educação básica. O projeto estimula o envolvimento profissionais da educação, alunos, familiares e comunidade, para participação de voluntários e entidades no desenvolvimento de ações educacionais complementares, e não em substituição, às atividades curriculares/educação formal e de cidadania, em benefício dos alunos, da escola, dos profissionais e da comunidade. Parceria com a Unicef, Consed, Undime e instituições e empresas.

esse fim; [...] V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho”. E, em suas disposições transitórias, institui que cada Município, Estado e a União deverão “III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância”. Em 2009, a Lei 12056 acresce no texto da LDB 9394/2006 que a formação inicial e continuada docente deve acontecer “em regime de colaboração” e ressalta a possibilidade dos programas de formação utilizarem-se de “recursos e tecnologias de educação a distância”.

Igualmente importante e merecedor de destaque, a publicação dos PCNs, em 1997, e no ano seguinte, 1998, dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, que ressignificaram o papel da escola como lugar de um ensino que possa responder “aos desafios contemporâneos que exigem maior desenvolvimento das pessoas e sociedade” (COSTA-HÜBES, 2008, p. 43). Ou seja, um ensino que dá mais ênfase à prática do que a formação intelectual e política do professor.

No mesmo ano de sua publicação, 1997, todos os professores da rede pública de ensino do país receberam os PCNs referente a sua área/disciplina, e devido ao novo enfoque teórico-metodológico do documento, pautado sob a teoria da enunciação e a teoria dos gêneros do discurso bakhtinianas, para capacitação docente o governo federal criou o Programa de Formação Continuada PCN em Ação, que segundo Souza (2010) contemplou a maioria dos estados do Brasil. Para participar do programa, os estados ou municípios selecionavam alguns professores e os dispensavam de 50% de sua jornada de trabalho para que eles pudessem se dedicar ao Programa. Ao final de sua participação, o professor repassava aos demais professores de sua região ou município a capacitação recebida.

Nova década, ano de 2001, antes mesmo do término do prazo estabelecido para o Plano Decenal Todos pela Educação (1993-2003), o governo federal lançou um novo plano decenal para os anos de 2001 a 2011, o Plano Nacional de Educação - PNE, oficializado pela Lei n. 10172 de 09 de janeiro de 2001. Exatamente no mesmo sentido que o plano anterior, o PNE expõe, como uma de suas prioridades, a valorização dos profissionais da educação, acrescentando que faz parte dessa valorização, em consonância com a LDB n. 9394/96, “a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério” (BRASÍLIA, 2001, p.8). Determina ainda o PNE que,

A formação continuada do magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação, e

visará à abertura de novos horizontes na atuação profissional. Quando feita na modalidade de educação a distância, sua realização incluirá sempre uma parte presencial, constituída, entre outras formas, de encontros coletivos, organizados a partir das necessidades expressas pelos professores. [...]

A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com universidades e instituições de ensino superior (BRASIL, 2001, p.78-79).

Com o início de um novo governo federal, em 2003, novas políticas para a melhoria da qualidade da educação e para formação continuada de professores foram elaboradas, entre elas o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, oficializado pelo Decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007, que visa a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica no país e, por consequência, o “Plano de Desenvolvimento da Educação”.

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007), em seu Capítulo I, Art. 2º estabelece como uma das diretrizes: “XII - instituir programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da educação”, e em seu Art. 3º afirma que a aferição da qualidade da educação básica será feita com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB⁴. Em seu Capítulo III, todos os municípios e estados devem aderir ao plano de compromisso e, por consequência, receber assistência técnica e financeira da união “na forma de normas expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação” - FNDE (§ 2º Capítulo IV). Para tanto, os municípios e estados devem elaborar um Plano de Ações Articuladas – PAR frente ao diagnóstico da educação básica do sistema local (BRASIL, 2007).

No mesmo ano, 2007, em resposta ao Plano de Metas e Compromisso foi criado o Plano de Desenvolvimento da Educação, o qual denominamos apenas de PDE para diferenciá-lo do programa do Estado do Paraná, foco dessa pesquisa. O PDE foi apresentado em abril de 2007 (BRASIL, 2007) e dividido em 30 ações que incidem sobre diferentes campos da educação, contemplando: programas de assistência financeira, linhas de crédito, padronização de piso salarial dos professores, criação de índices de desempenho escolar e programa de formação de professores.

Na opinião de Saviani (2007, p.1233), o PDE é um “grande guarda-chuva que abriga praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo MEC”. De acordo com o autor, na ocasião da elaboração do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC⁵, pelo governo federal, cada ministério indicou algumas ações para integrar esse programa. O MEC, na oportunidade, lançou o Índice de Desenvolvimento da

4 IDEB: criado em 2007 é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no censo escolar e das médias de desempenho do SAEB e da Prova Brasil (<http://portalideb.inep.gov.br>).

5 O PAC, programa elaborado pelo governo federal, em 2007, com objetivo de expandir as obras públicas de atendimento a população (www.brasil.gov.br/pac).

Educação Básica - IDEB e a ele vinculou ações consideradas prioritárias. Por esse motivo, para Saviani (2007, p.1239) o PDE não se constitui de um plano, conforme seu título, mas sim “um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE”.

Do conjunto de ações ou programas inseridos dentro do PDE, destacamos apenas dois por se referirem diretamente à formação de professores. Primeiro, a “Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica”, criada em 2004, um programa para adequação da habilitação do professor às exigências da LDB n. 5692/71 e reforçada e atualizada pela n. 9394/96 em seu art. 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Na “Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica”, o MEC é o responsável pelo suporte técnico e financeiro e as instituições de ensino superior públicas, federais e estaduais, de acordo com a parceria firmada com o ministério, preparam cursos à distância e semipresenciais e produzem materiais de orientação para os cursos, tanto impressos como multimídias, para atenderem os professores da Educação Básica. São diversas as instituições parceiras, setenta e seis no total, sendo quarenta e oito federais e vinte e oito estaduais, distribuídas em vinte e um municípios. Essas instituições se encarregam de áreas de formação específicas: alfabetização e linguagem; educação matemática e científica; ensino de ciências humanas e sociais; artes; e educação física.

Para participar, o professor faz seu cadastro no site do MEC, em sistema específico denominado de Plataforma Paulo Freire, por onde também as secretarias observam demandas e planejam os cursos por região. O professor pode cursar a sua primeira licenciatura, com carga horária de 2.800 horas mais 400 horas de estágio, ou a segunda licenciatura, com carga horária de 800 a 1.200 horas para professores que atuam fora da área de formação, ou formação pedagógica, para bacharéis sem licenciatura.

O segundo programa recebe o nome de “O Portal do Professor”, esse sim de formação continuada. O Portal é um espaço virtual, dentro do site do MEC, criado para troca de experiências entre professores da EB. É um ambiente virtual em que os professores podem ter acesso a sugestões de aulas, as quais se caracterizam pela utilização de recursos como vídeos, fotos, mapas, áudio e textos. O professor também tem acesso a informações sobre os cursos de formação continuada

oferecidos por municípios e estados; legislações; notícias de diferentes veículos de comunicação ligadas à educação; recursos multimídias publicados no Portal, como músicas, vídeos, mapas, atividades, e materiais didáticos elaborados pela secretaria da educação, podendo participar de forma interativa à *chats*, *blogs*, fórum e redes sociais. Pode ser considerado um meio de atualização autônomo oferecido ao professor.

O PDE está em vigência até a presente data.

2.3 A formação continuada de professores em âmbito estadual – o Estado do Paraná

Sendo coerente ao histórico nacional, iniciamos a abordagem pela formação de professores do Estado do Paraná pela década de 1970. De acordo com Costa-Hürbes (2008), por meio do Decreto 15.729 de 23 de junho de 1969, o governo do estado, por meio de sua secretaria de educação - SEED, criou o “Centro de treinamento do magistério primário do Paraná” - CETEPAR, com sede na cidade de Curitiba, capital do estado, para onde se dirigiam, a partir do ano de 1970, os professores de todo o estado para receberem “treinamentos”. Não há muitos estudos específicos sobre os resultados desses treinamentos, mas de um modo geral, eles foram considerados cursos em que conteúdos e conceitos eram repassados, sem aberturas para discussões e reflexões. Eram cursos de transmissão de conhecimento, onde o professor era o receptáculo.

A década de 1980, mesmo com o lançamento do documento “Políticas da SEED”, que objetivava regulamentar o “acesso e permanência do aluno na escola” (PARANÁ, 1984, p.8), “foi um período mais de politização do discurso pedagógico do que de modificações das condições concretas das escolas”, segundo Costa-Hürbes (2008, p.53).

No início da década de 1990, na gestão de um novo governo estadual (1991-1994), sob o vínculo da política nacional do neoliberalismo⁶, “justificados pelo processo de mudanças no mundo contemporâneo” (SOUZA, 2010, p.28), esforços governamentais passaram a atuar sobre o sistema escolar estadual em seus ajustes às diretrizes impostas pelo Banco Mundial. No Termo Cooperativo de Parceria Educacional, entre outros pontos, destaca-se o fato das Secretarias Municipais passarem a se encarregar da formação continuada dos professores das primeiras séries do Ensino Fundamental. Também em resposta às exigências do Plano Decenal de Educação para Todos, do MEC, de 1993, no mesmo ano, o estado do Paraná elaborou o seu “Plano Decenal de Educação para Todos do Estado do Paraná” (1993-2003), em correspondência ao documento nacional, dando ênfase na valorização do magistério. No Plano, a SEED instituiu o Plano Estadual de Capacitação Docente, com a obrigatoriedade do professor do estado participar, no mínimo de 80 horas, de

6 A política educacional neoliberal pode ser entendida como aquela voltada a atender às necessidades do mercado de trabalho, no que se refere à qualificação profissional e a formação de valores e atitudes concernentes à manutenção da ordem social capitalista, fundamentada na troca desigual (GALUCH; SFORNI, 2001).

cursos de capacitação e o Programa Qualidade de Ensino Público do Paraná que passou a funcionar apenas em 1995, o qual deu origem ao Projeto Universidade do Professor (COSTA-HÜRBES, 2008).

O projeto Universidade do Professor começou a ser idealizado em abril de 1995 quando a SEED contratou a empresa norte-americana *American Institutes for Research* (AIR) para prestação de serviços de consultoria na área de educação. De acordo com Ferreira (2006, p.100)

Os serviços de Consultoria prestados pela AIR configuraram-se na prática em um aprofundamento da divisão técnica do trabalho, onde os consultores da AIR planejavam o que deveria ser feito e os técnicos (pedagógicos e administrativos) da SEED executavam as determinações da empresa, num ritmo de trabalho bastante intenso, segundo relatos dos próprios técnicos.

A contratação da consultoria marca a adesão do governo estadual ao modelo gerencial de educação proposto pelos organismos financiadores mundiais. Nesse sentido, destacamos a introdução de setores não públicos dentro da estrutura do governo do estado como fator predominante da forma de gestão assumida, como Agência de Administração dos Professores - PARANAEDUCAÇÃO; a Agência para o Desenvolvimento do Ensino Técnico do Paraná, responsável pelo gerenciamento do ensino profissional – PARANATEC.

A Universidade do Professor foi construída em parceria com a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, no sítio Faxinal do Céu, na cidade de Pinhão, e passou a ser a instituição responsável pela capacitação dos profissionais da educação do estado do Paraná. Conforme pesquisa realizada por Paulies (1997, p.1), uma das metas do programa era “formar professores ‘multiplicadores da aprendizagem, os quais serão responsáveis pela educação continuada nas escolas’”. Segundo Ferreira (2006) foram 298 eventos realizados no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu entre os anos de 1995 e 2001, envolvendo 140.000 mil pessoas de forma direta e indireta (como os professores que receberam os cursos ministrados pelos multiplicadores). Contudo afirma Ferreira (2006, p.108) que

O grande esforço da SEED de capacitação se constituiu na promoção de uma concepção particular de educação, de uma prática pedagógica voltada à operacionalização de conteúdos e de um grande investimento na integração dos sujeitos ao ideário neoliberal, por meio de práticas de manipulação e ajustamento.

Logo, a partir de 2003, a SEED, uma nova gestão sob orientação de um ideário político não mais neoliberal, mas que se pretendia progressista e transformador, deu início a uma reconfiguração dos propósitos da educação paranaense, pautados, sobretudo, em um posicionamento divergente aos propósitos político-educacionais dos PCNs e na “reconstrução da identidade educacional paranaense” (SOUZA, 2010, p.31), na transformação e não mais na adaptação às exigências do mundo do trabalho presentes dos PCNs. Era uma “suposta retomada dos princípios da educação progressista, principalmente da teoria Histórico-Crítica, cujas proposições já haviam embasado os documentos oficiais da educação

pública no período de 1986 a 1994” (SOUZA, 2010, p.12).

Nessa perspectiva, elaborou-se o Plano Estadual de Educação - PEE, para estabelecimento de orientações para todos os níveis e modalidades de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, Ensino Superior; Educação do Campo, Educação Indígena, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial. A proposta foi a de construir, para cada uma das modalidades de ensino e nível, diretrizes curriculares.

No ano seguinte, 2004, representantes dos Núcleos Regionais de Educação, da Secretaria de Estado da Educação e representantes dos professores das disciplinas de base comum do Ensino Fundamental foram convidados a formar um grupo permanente para reflexão, discussão e elaboração de proposta que culminassem na construção de novas diretrizes. O grupo também teve o papel de disseminar os debates já realizados e promover, através de encontros descentralizados, o envolvimento dos demais professores.

As discussões realizadas nos seminários e encontros descentralizados serviram de norte para a construção das versões preliminares das diretrizes curriculares estaduais, em 2005: Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental; em 2005: Orientações Curriculares de Língua Portuguesa – Texto Preliminar; em 2006: Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa; e em 2008: Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa.

Todas essas versões foram enviadas às escolas para novas sugestões, alterações e ampliações. Segundo explicita a carta do Departamento de Educação Básica – DEB, que abre a DCE-LP em sua versão definitiva (PARANÁ, 2009), durante os anos de 2007 e 2008, a equipe pedagógica do DEB percorreu os trinta e dois Núcleos Regionais de Ensino do estado do Paraná (NREs), realizando o evento chamado DEB Itinerante, com o objetivo de que os professores pudessem discutir, mais uma vez, “os fundamentos teóricos das DCE quanto aos aspectos metodológicos de sua implementação em sala de aula” (PARANÁ, 2009, p.9). No ano de 2009, foi publicada a versão final das Diretrizes Curriculares Estaduais.

Importante ainda destacar que, no ano de 2003, foi criado o Programa “Paraná Digital”, pelo qual a secretaria de educação repassou computadores às escolas e núcleos regionais de educação e, por meio do Projeto “Portal Dia-a-Dia Educação”, criou um ambiente virtual para interação de todos os envolvidos no contexto educacional. Os recursos foram provenientes do Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo, programa do governo federal criado em 1997, para instalação de laboratórios de computadores nas escolas públicas do país. E, em 2007, a CETEPAR, que após outras denominações passou a se chamar Diretoria de Tecnologia Educacional do Paraná, segundo Decreto n.7551 de 05 de setembro de 2007, lançou a TV *Pendrive* e cursos de formação de professores no ambiente virtual, os chamados Grupos de Trabalho em Rede que, em 2007, integrou-se ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do

Paraná, o PDE-Paraná, o qual apresentamos na seção a seguir.

Também alguns departamentos da SEED que se relacionam à formação continuada dos professores do estado merecem destaque, como a Superintendência da Educação - SUED, que tem como finalidade fiscalizar, inspecionar e congrega as atividades de fins pedagógicos e administrativos, nos diferentes órgãos que compõem o sistema estadual de educação. Cabe a SUED, o acompanhamento do PDE-Paraná em suas instâncias pedagógicas e administrativas. Outro é o Departamento de Educação Básica - DEB, responsável por acompanhar as ações que se relacionem a formação dos professores da Educação Básica, e que envolvem:

- a) Semana Pedagógica nas Escolas: processo descentralizado de formação continuada para os profissionais da educação, que ocorre todo início de semestre letivo, em todas as escolas da rede pública de ensino. A SUED disponibiliza em seu *site* roteiros para as reflexões e discussões que devem fundamentar a organização de cada semana pedagógica. A participação nas semanas pedagógicas é de caráter obrigatório para os professores;
- b) Formação para Salas de Apoio: programa inaugurado em 2004 que visa aperfeiçoar o trabalho docente com alunos que frequentam a 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental e apresentam defasagens de aprendizagem. Cursos e simpósios reúnem professores que trabalham com salas de apoio, de Matemática e de Língua Portuguesa, no prédio do CETEPAR, em Curitiba-PR e ainda coletâneas de textos e orientações aos professores podem ser encontrados no *site* do DEB;
- c) DEB Itinerante, oficinas descentralizadas que acontecem anualmente nos trinta e dois NREs, possibilitando o contato direto da SEED/DEB com todos os professores. As oficinas abordam questões disciplinares, como conteúdos estruturantes e básicos de cada disciplina e o uso de materiais didáticos e novas tecnologias, na busca constante de efetivação das DCEs e dos Projetos Político Pedagógicos das escolas e dos Planos de Trabalho Docente. A participação dos professores está vinculada a sua ascensão no Plano de Cargos e Salários do Estado;
- d) NRE Itinerante é um programa considerado pela SEED como uma continuação do DEB Itinerante. Porém, as oficinas são ministradas por técnicos pedagógicos das equipes disciplinares dos NREs. Também sediados nos NREs, acontecem anualmente com carga horária de 16 horas e vinculadas à ascensão do professor no Plano de Cargos e Salários do Estado;
- e) Práticas Pedagógicas com a TV Multimídia, que é o mais novo Programa de Formação Continuada e Produção de Material Didático do Departamento de Educação Básica, para os Profissionais da Educação do Paraná. Pretende viabilizar o uso de recursos de multimídia da TV Pendrive e incentivar a produção de

materiais pedagógicos que utilizem os recursos dessa TV. Esse programa acontece por meio virtual, pelo acesso ao *site*: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/>; e

- f) Grupo de estudo, criado em 2005, sob a coordenação da SUED. Os professores, por iniciativa e adesão, realizam estudos autônomos de textos selecionados pela SEED que contribuem para enriquecer as discussões das políticas educacionais. As reuniões acontecem em sábados pré-agendados e em escolas da rede estadual de ensino. Nos encontros, os textos lidos previamente, em carga horária não presencial, são discutidos pelo grupo e, ao final, são elaborados documentos chamados Inventário de Experiências, os quais são enviados para o DEB.

Todas essas ações que se referem à formação continuada de professores do estado do Paraná foram vinculadas ao PDE federal em 18 de dezembro de 2007, quando o governador assinou o termo de adesão do estado ao Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação do MEC. Naquele momento, o IDEB do Paraná atingia a média de 5,0, enquanto que a média nacional era a de 3,8. Os relatórios do Plano de Ações Articuladas - PAR de cada município do estado do Paraná, assim como de todos os demais do país, são públicos e estão disponíveis no *site* oficial do MEC: <http://simec.mec.gov.br>, onde são expostos os planos de ações, os termos de cooperação estabelecidos, os indicadores demográficos e educacionais e o valor dos recursos disponibilizados pelo FNDE.

A seguir, abordamos especificamente o PDE-Paraná.

2.3.1 O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE-Paraná

O Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE-Paraná é um programa de formação continuada que propõe produzir progressões na carreira dos professores da rede pública de ensino do estado do Paraná e melhoria na qualidade da Educação Básica. Idealizado em 2004 durante a reformulação do Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, iniciou-se como um programa de governo. Entretanto, em 2010 foi normatizado como um Programa de Capacitação Continuada, implantado como uma política educacional de caráter permanente, ou seja, legaliza o programa como uma política pública, o que corresponde a compreender uma continuidade independente de ações políticas governamentais e partidárias no estado.

Os principais pressupostos assumidos pelo programa, expostos no documento regulamentador, chamado de “Documento síntese”, são:

- a) reconhecimento dos professores como produtores de conhecimento sobre o processo ensino-aprendizagem;
- b) organização de um programa de formação continuada atento às reais necessidades de enfrentamento de problemas ainda presentes na Educação Básica;
- c) superação do modelo de formação continuada concebido de forma homogênea e descontinua;

- d) organização de um programa de formação continuada integrado com as instituições de ensino superior;
- e) criação de condições efetivas, no interior da escola, para o debate e promoção de espaços para a construção coletiva do saber (PARANÁ, 2007, p.12-13).

Todo o programa está inserido no *site* oficial da SEED, portal Dia a Dia Educação, que é um *software* livre e tem como base um Ambiente Pedagógico Colaborativo - APC⁷, isto é, um sistema que permite que todos os participantes da Rede Pública Estadual de Ensino da Educação Básica socializem conteúdos curriculares e atividades pedagógicas, bem como recebam informações diversas a respeito da educação no estado. O *site* específico do PDE-Paraná pode ser acessado por meio de *link* do portal Dia a Dia Educação.

2.3.1.1 Promoção e progressão na carreira

Evidentemente, já há muitos anos os governos do Paraná promovem cursos de capacitação para os profissionais do sistema educacional do estado, como já exposto, mas as especificidades desse programa apontam para o tempo de duração do programa de dois anos e a carga horária total de 952 horas. No primeiro ano, o professor, para atender as tarefas previstas pelo programa, se afasta do exercício e de suas atividades em 100% de sua carga horária, e no segundo ano, o afastamento é de 25%.

Inicialmente, o Decreto n. 4482/2005 determinou que, para ingressar no programa, o professor deve ser obrigatoriamente integrante do Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná - QPM e estar em pleno exercício de suas atividades, lotado no nível II, classe 11, da Carreira de Professor, com padrão de carga horária de 40h/semanais ou de 20h/semanais. No entanto, a Lei Complementar 130/2010 alterou o critério anterior, estabelecendo que pode participar do programa, a partir da formação de turmas para 2011, o professor que esteja, no mínimo, no Nível II, classe 8.

Em exercício de suas atividades, entende-se o professor atuante na prática de sala de aula, o pedagogo, o diretor escolar, o auxiliar de direção, aquele que está realizando atividades nos Núcleos Regionais de Educação, na SEED, em escolas conveniadas de Educação Especial, em estabelecimento de ensino vinculado à Secretaria de Estado da Justiça (SEJU) ou à Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social - SETP, ou ainda aquele que estiver exercendo funções em órgão público municipal, estadual ou federal.

Na conclusão do PDE-Paraná, o professor é promovido para o último nível da carreira, para o Nível III.

2.3.1.2 Processo de seleção

O primeiro processo de seleção aconteceu durante o ano de 2006 e as atividades do Programa tiveram início em 12

de março de 2007, com a oferta de 1.200 vagas distribuídas em 17 áreas curriculares: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências, Educação Física, Educação Artística, Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Línguas Estrangeiras Modernas, Educação e Trabalho, Gestão Escolar e Educação Especial.

Para atender a primeira turma, foram firmadas parcerias com cinco Instituições de Ensino Superior (IES) estadual e duas instituições federais.

A partir do ano de 2009 o total de vagas ofertadas passou para 2.400 e, por consequência, mais IES passaram a ser parceiras do Programa.

2.3.1.3 A interrelação entre a SEED, SETI e IES

A SEED através da parceria com a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) promove o encontro dos professores da EB com os do ES. O objetivo principal é, de acordo com o Documento Síntese, “proporcionar ao professor PDE o retorno às atividades acadêmicas de sua área de formação inicial”, para promoção do “redimensionamento das práticas educativas, reflexão sobre os currículos das Licenciaturas e sua avaliação e demais discussões pertinentes” (PARANÁ, 2007, p.13).

Na parceria, cabe à SETI planejar e acompanhar a execução do Programa e promover o envolvimento das IES e às IES cabe disponibilizar a infraestrutura da instituição para execução do programa; promoção da aula inaugural, seminários integrados, cursos específicos das disciplinas; apresentação de relatórios sobre o andamento do programa; indicação de docentes orientadores para os professores PDE; apresentação à SEED de proposta didático-pedagógica e metodológica da execução do Programa nas IES, respeitando as diretrizes definida pela; indicação de um coordenador para o PDE. O coordenador tem o papel de elaborar os conteúdos a serem trabalhados nos cursos ofertados, bem como acompanhar as orientações e as atividades dos professores PDE. Os orientadores acompanham os estudos teóricos e a produção de todas as tarefas desenvolvidas pelo professor PDE.

As atividades a serem desenvolvidas pelo professor PDE estão divididas em três eixos: compõem o eixo I - Atividades de Integração teórico-práticas, as obrigações de responsabilidade do professor PDE voltadas para a integração teórico-prática:

a) O Projeto de intervenção pedagógica na escola é um projeto elaborado pelo professor PDE, sob a orientação do professor orientador, que aponta os problemas vivenciados pelo professor e seus alunos em sala de aula e propõe ações práticas para amenização e/ou solução de tais problemas. A implementação do projeto ocorre no retorno do professor PDE à escola de sua lotação, no 3º período do programa, momento

7 Sistemas colaborativos são *softwares* especializados para uso em redes de computadores, que fornecem meios para que uma equipe possa trabalhar geograficamente distribuída, usando recursos de comunicação, assíncrona. São sistemas que fornecem serviços de suporte para grupos de pessoa (<http://gilmarmorba.com.br>).

em que inicia seu afastamento parcial, tendo que cumprir 75% de sua carga horária, conforme o regime de trabalho que está vinculado, em sala de aula.

O objetivo geral e global, uma vez que cada projeto individual determina seu próprio objetivo, é a melhoria da qualidade do ensino básico, superando os problemas existentes no sistema de ensino.

b) Produção didático-pedagógica compreende a elaboração de um material didático-pedagógico a ser utilizado durante a implementação do projeto de intervenção e pode ser um Objeto de Aprendizagem Colaborativa - OAC, um Folha, um Artigo Científico propositivo (PARANÁ, 2007).

O OAC e o Folhas são, basicamente, materiais que possam auxiliar os professores, seja em seus estudos, seja como apoio para a prática em sala de aula. Exemplo desses materiais: “produção de roteiros e programas para televisão (TV Educativa e TV Paulo Freire), vídeos com aulas ou documentários para inserção na TV Paulo Freire e materiais impressos, como livros e mapas, para utilização dentro ou fora das salas de aula, dentre outras” (PARANÁ, 2007, p.61).

No Documento Síntese 2010 (PARANÁ, 2010), a coordenação do PDE indica como produção didático-pedagógicas: cadernos pedagógicos, cadernos temáticos, unidades didáticas, mapas, atlas, produção de roteiros, vídeos e documentários para TV, dentre outras possibilidades, em uma alteração dos materiais indicados no DS 2007. Contudo, a função desses materiais é a mesma, ou seja, auxiliar o professor na implementação de seu projeto.

c) Grupo de apoio à implementação do projeto na escola é uma tarefa optativa, conforme expõe o DS (PARANÁ, 2009, p.9):

Durante a implementação de seu Projeto de Intervenção Pedagógica o professor PDE poderá organizar em sua escola de lotação PDE grupos de estudos, visando discutir e potencializar a implementação do seu Projeto na escola. Esta atividade também objetiva integrar os demais professores da escola aos estudos e reflexões realizadas pelos professores PDE sobre a situação problema - objeto de estudo do professor.

Essa tarefa surgiu apenas a partir da turma de 2009, sendo que para as turmas anteriores, 2007 e 2008, ela não constava do Documento Síntese.

d) Os encontros de orientações IES são, como já mencionado, os encontros entre o professor PDE e o professor orientador vinculado a uma das IES parceira do programa. A cada um dos quatro períodos/semestres, são oito encontros obrigatórios que totalizam trinta e duas horas semestrais, cento e vinte e oito horas totais.

e) O trabalho final é um artigo científico produzido após a implementação do projeto de intervenção, no 4º e último período do projeto, em que o professor poderá relatar suas experiências durante o PDE, ou fazer uma análise crítica das teorias estudadas, conforme consenso entre o professor e seu orientador.

As atividades do eixo II - Atividades de aprofundamento teórico contemplam:

a) Cursos elaborados pelas IES e pela equipe pedagógica, administrativa e tecnológica do PDE: Os professores devem totalizar sessenta e quatro horas em cada um dos cursos denominados gerais, que incluem cursos sobre fundamentos da educação, políticas curriculares, de gestão, de financiamento da Educação Básica e metodologia da pesquisa científica em educação; e cento e vinte e oito horas de cursos específicos de sua área/disciplina.

b) Seminário de Integração: a equipe pedagógica, administrativa e tecnológica apresenta aos professores PDE todo o programa em seus aspectos conceituais e operacionais. São dezesseis horas totais.

c) Oficinas: As oficinas para educação digital objetivam apresentar e dar suporte em educação digital aos professores, preparando-os para utilização dos recursos tecnológicos que integram o Sistema de Acompanhamento em Rede – SACIR; ambientar os professores no sistema de Educação à Distância - EAD, já que cursos, seminários, palestras também podem acontecer nessa modalidade, no ambiente Virtual de Aprendizagem *e-escola* (plataforma *MOODLE*), o qual apresenta um conjunto de ferramentas para interação dos professores do programa com os demais do QPM do estado e com todos os demais participantes do PDE. Os professores devem participar de quarenta horas de oficinas de educação digital, quarenta horas em tutoria para EAD, e dezesseis horas para o ambiente virtual *e-escola*.

d) Encontros de área: Os professores das áreas/disciplinas apresentam aos demais colegas de turma e professores orientadores das IES o seu projeto de trabalho, tendo assim a oportunidade de debater sua proposta e receber contribuições para aprimoramento de seu projeto de intervenção. Cada professor PDE deve participar de trinta e duas horas de encontros de área.

e) Inserções acadêmicas. Os professores participam de sessenta e quatro horas em congressos, colóquios ou eventos promovidos pelas IES.

Para que os professores participem das atividades do eixo II, o PDE, por meio da Resolução n.º 2235/07, cobre as despesas com transporte, alimentação e hospedagem quando os eventos não são realizados na cidade em que o professor está lotado no QPM.

O eixo III- Atividades didático-pedagógicas com utilização de suporte tecnológico é o eixo do Grupo de trabalho em Rede-GTR que é o desenvolvimento e a orientação de tarefas pelo professor PDE, a partir dos conhecimentos apreendidos durante todo o programa, junto a outros professores da rede pública estadual. O objetivo do GTR, conforme o Documento Síntese de 2009 (PARANÁ, 2009), é possibilitar a inclusão virtual dos professores da rede (professores do QPM do Paraná, mas que não estão participando do PDE-Paraná) nos estudos, reflexões, discussões e produções dos professores PDE. Para que essa inclusão efetivamente possa acontecer, o professor da rede que participa do GTR recebe certificado de sessenta horas e nove pontos para avanço bienal do Plano de

Cargos e Salários. O número de horas foi alterado pelo DS de 2010, que passou a ser sessenta e quatro para o professor da rede certificado no GTR, o que equivale a seis pontos para a progressão na carreira.

Todo o trabalho é realizado à distância através da interação virtual, pelo *site* www.pde.pr.gov.br, *link* “Grupo de Trabalho em Rede”. O professor PDE, após receber cursos de informática básica, tutoria em EAD e ambientação em SACIR e MOODEL, passa a ser o responsável direto pela organização e encaminhamento do GTR, sendo o tutor de seu grupo de trabalho, tendo a responsabilidade de emitir relatório ao final do grupo para certificação do professor da rede. Cada professor PDE pode tutoriar apenas um GTR, que tem a duração de seis meses, com carga horária de 64 horas para o professor PDE.

A intenção, no início do Programa, era que 44.000 professores da rede participassem dos GTRs, conforme DS de 2007. Segundo Silva (2009), integrante da equipe pedagógica do PDE-Paraná durante o período de 2003 a 2010, em 2007 os GTR formaram aproximadamente 22.700 professores e 18.000 em 2008.

Enfim, para uma compreensão dos movimentos e das mudanças historicamente constituídas nos programas de formação continuada de professores no país e no estado, que contribuíram para a elaboração do PDE-Paraná como um programa de intervenção formativa docente.

2.3.2 A constituição social-histórica do PDE-Paraná

Teoricamente, isto é, pautada nos Documentos oficiais públicos e em pesquisas acadêmicas, compreendemos que o PDE-Paraná não é uma nova e inédita proposta de programa de formação continuada de professores, mas uma proposta que reúne as proposições realizadas por leis, documentos, planos e programas anteriormente elaborados, podendo ser considerada uma evolução ontogenética daqueles (emprestando o termo da teoria evolucionista):

a) A parceria firmada entre SEED e IES já estava enunciada como uma boa meta para o alcance do desenvolvimento de programas de formação de professores no Plano Decenal de Educação do governo federal de 1993 e no PNE de 2001. Tais documentos se orientaram por uma constatação que ainda é realizada na atualidade em pesquisas com a de Gabardo e Hagemeyer (2010, p.95), que afirmam que há uma “quase total falta de interlocução entre professores e profissionais da educação em suas iniciativas frente aos problemas da escola na sociedade atual”. Dessa forma, muito mais do que apenas se apoiar nos documentos anteriores, o Programa vem sanar essa deficiência na formação continuada dos professores do estado do Paraná.

b) Sobre a modalidade de ensino parte à distância, parte presencial, como acontece no PDE-Paraná, já mencionada no PNE, 2001, o documento reconhecia a importância da realização não só de encontros na modalidade à distância, mas que uma parte presencial também fosse considerada para encontros coletivos dos professores em formação continuada.

c) A respeito do tempo de afastamento remunerado do exercício docente para estudos, o PDE-Paraná cumpre a LDB n. 9394 de 1996, em seu Art. 3º, que trata da necessidade de licenciamento periódico remunerado para que o professor participe de formação continuada; e se relaciona ao PNE de 2001 que também destaca a importância de tempo para estudos, embora não mencione o afastamento remunerado para tanto.

d) O PDE-Paraná se difere da formação continuada existente no Brasil, entre outros pontos, por abandonar a indicação de gerenciamento e não se realizar de forma isolada e fragmentada. O gerenciamento é o modelo adotado no Paraná durante o funcionamento da Universidade do Professor, em que, assim como qualquer outro setor, a educação era gerenciada no sentido da qualidade total, como fazem as empresas privadas. Com o PDE-PARANÁ, a responsabilidade pela educação do estado voltou à secretaria de educação. O não isolamento e fragmentação dizem respeito ao regime de colaboração entre SEED e SETI e ao fato de que todas as atividades, cursos, seminários, GTRs e produções participam da constituição do Programa, sendo, portanto, todos eles direcionados pelos mesmos princípios, determinados pela SEED.

3 Conclusão

O PDE-Paraná foi criado em um processo histórico-cultural. Elaborado pela SEED, em parceria com o sindicato, e contando com o auxílio da SETI, pode ser, no formato que se apresenta, considerado inédito, mas, sem dúvida precede da cultura instituída no curso da história, conforme exposto. O PDE-Paraná não é o primeiro programa de formação continuada, nem em âmbito nacional, nem no estado do Paraná; trata-se de uma nova configuração da proposta de formar continuamente professores. A adjetivação de novo se justifica frente aos parceiros implicados nessa situação de comunicação: a SEED e seus preceitos ideológicos expostos na DCE, diferentes daqueles que constituíram os programas anteriores e, do outro lado da parceria, os professores da rede, que já vivenciaram outros programas de formação e que demonstram, frente a eles, insatisfações. Nesse sentido, o Programa se configura como uma nova interação, instituída dentro de um momento histórico.

Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília/Brasil: Casa Civil, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *O que é o Plano Decenal de Educação para todos*. Brasília/Brasil: MEC/SEF, 1993.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/1996*. Brasília, 1996.
- BRASIL. *Educação para todos: avaliação da década*. Brasília: MEC/INEP, 2000.

- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília/Brasil: MEC, 2001.
- BRASIL. *Decreto n. 6.094 de 24 de abril de 2007*. Brasília: Casa Civil, 2007.
- CELANI, M.A.A. *A educação continuada do professor*. São Paulo: Ciência e Cultura, 1988.
- COSTA-HÜBES, T.C. *O processo de formação continuada dos professores do oeste do Paraná: um resgate histórico-reflexivo da formação em língua portuguesa*. 2008. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://www.houaiss.uol.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2013.
- DINIZ, J.E. *Formação de professores: pesquisa, representações e poder*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FERREIRA, L.H. *Os mecanismos de controle da organização capitalista contemporânea na gestão escolar pública paranaense (1995-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.
- FORMOSINHO, J. *Formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.
- GABARDO, C.V.; HAGEMeyer, R.C. Formação docente continuada na relação universidade e escola: construção de referências para uma análise a partir da experiência do PDE/PR. *Educar*, n.37, p.93-11, 2010.
- GALUCH, M.T.B.; SFORNI, M.S.F. Aprendizagem conceitual e apropriação da linguagem escrita. *Estudos em Avaliação Educacional*, v.20, n.42, p.111-124, 2009.
- LIBÂNEO, J.C. *A escola brasileira em face de um dualismo perverso: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED-CENTRO OESTE, 10., Goiânia. 2010. *Anais...* Goiânia, 2010.
- PARANÁ. *Políticas SEED-PR: fundamentos e explicitação*. Curitiba: SEED, 1984.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Documento Síntese*. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Curitiba: SEE, 2007.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Coordenação Estadual do PDE. *Documento Síntese*. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Versão preliminar – 2009.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Documento Síntese*. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Curitiba: SEE, 2010.
- PARANÁ. *Lei Complementar 130 – 14 de julho de 2010*. Curitiba: Casa Civil: 2010.
- PAULIES, V. Universidade do professor. *Revista Desenvolvimento Social*, n. 99, 1997.
- SAVIANI, D. O plano de desenvolvimento da educação: análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, v.28, n.100, p.1231-1255, 2007.
- SILVA, O.H.M. *O Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná – PDE/PR*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 4., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3., Curitiba, 2009. *Anais...* Curitiba: PUC, 2009.
- SOARES, M. *Que professor de Português queremos formar?* Boletim da ABRILIN- Associação Brasileira de Linguística, n.25, 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/abralin/index.php?id=8&boletim=25&tema=13>.
- SOUZA, I.R. *Conceitos bakhtinianos no contexto da reformulação curricular da Educação Básica do Paraná*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

